



JOURNAL OF  
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

**Virgílio Caixeta Arraes**

Universidade de Brasília, Departamento  
de História, Brasília – DF Brazil  
(arraes@unb.br).

**Copyright:**

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



## Brasil-Estados Unidos: grandes expectativas, pequenos atritos

## Brazil-United States: great expectations, little problems

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e17019>

Meridiano 47, 17: e17019, 2016

### Resumo

O princípio da administração de Barack Obama, do Partido Democrata, gerou expectativa positiva na América Latina, região desdenhada pelo antecessor, George Bush, do Partido Republicano. Valorizar o continente seria prestigiar o Brasil. Todavia, o relacionamento não foi o esperado, embora sem grandes decepções também.

### Abstract

The beginning of Barack Obama's term produced positive expectations on Latin America, a continent which was ignored by his predecessor, George Bush. To give attention to Latin America implies giving prestige to Brazil. Nonetheless the real relationship could not meet the expectations, although without causing great deceptions.

**Palavras chave:** Brasil, Estados Unidos, política externa, Barack Obama

**Keywords:** Brazil, United States, foreign policy, Barack Obama

Recebido em 1 de novembro de 2016  
Aprovado em 15 de dezembro de 2016

### Introdução

O ano inicial da gestão do presidente democrata Barack Obama foi também o primeiro dos efeitos da crise econômica recebida das mãos de seu antecessor, o republicano George Bush. Além da gravidade da situação, o dirigente norte-americano deparou-se com outra, relacionada com o duplo desgaste da atuação governamental na inusitada região médio-oriental: a militar em si mesma, ao não sobrepujar duas potências encanecidas, Afeganistão e Iraque, e a de direitos humanos, em função da transformação da base naval de Guantánamo em Cuba em presídio de acusados de

terrorismo e da denúncia da existência de centros de detenção secretos, mantidos por países aliados como a Polônia, por exemplo (Goldman, 2014).

Diante disso, o novo mandatário tentou desanuviar o cenário no qual se inseria, ao apresentar-se à sociedade internacional como a face renovada da política estadunidense e, por conseguinte, com diretrizes de fato diferentes como a ênfase no diálogo multilateral. Assim, no tocante à desassistida América Latina, ele havia, durante a renhida campanha de 2008, prometido maior dedicação a ela.

Em vez de centrar-se na questão da segurança nacional, como era a relação tradicional com Colômbia e México, ou da ideologia, como era com o intrincado e inquieto grupo bolivariano, ele concentrar-se-ia no estreitamento dos laços comerciais e no pragmatismo político, isto é, em torno de um concerto sobre reduzido número de questões, de modo que possibilitasse ao seu país a superação no menor tempo possível do quadro adverso herdado ao longo de aproximadamente uma década.

Nesse sentido, a Casa Branca interagiu sem problemas de monta com o Planalto na fase preambular para a administração de Barack Obama e quase derradeira para a de Lula da Silva. No primeiro semestre de 2009, cinco tópicos sobressaíram no relacionamento amero-brasileiro:

A própria tribulação econômica de alcance planetário; a possível, embora indesejável para os cinco membros permanentes, reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas; a reintegração oficial de Cuba ao sistema regional, ao eliminar medida subscrita em 1962, período de acentuada tensão no conflito soviético-americano da Guerra Fria; a deposição do dirigente Manuel Zelaya em Honduras e o reconhecimento da vitória de Mamoud Ahmadinejad no Irã, quando da disputa à reeleição da presidência por outros quatro anos.

## Da aspiração global ao credenciamento regional do Brasil

Em meados de 2009, Brasília posicionava-se de forma bastante otimista diante da vinda das cerradas correntes econômicas do Atlântico Norte, originadas nos Estados Unidos da conjugação de inépcia administrativa e de gastos desnecessários das duas extensas confrontações em solo asiático. Justificar-se-ia naquela fase a visão favorável do acontecimento, uma vez que o produto interno bruto brasileiro reduzir-se-ia pouco caso comparado com o dos países norte-atlânticos: apenas 0,2 por cento (World Economic Situation and Prospects 2011, p. 25).

O G-20, reunido em Londres, ansiava por minorar as primeiras adversidades da catástrofe, porém a dificuldade para concertar de modo mínimo entre os principais atores era clara, porque Berlim, Paris e Moscou, ainda que em grau variado, clamavam regulação do sistema financeiro mais firme; Pequim, Pretória, Jacarta e Ancara desejavam a concessão de ajuda monetária aos países mais afetados pela derrocada econômica; por fim, Tóquio e Washington optavam por estimular sem arreios a economia através do Estado e do protecionismo – redivivo neomercantilismo às surdas.

No caso estadunidense, ofertar-se-iam centenas de bilhões de dólares e, ao mesmo tempo, incentivos do programa *Buy American*. Aguardava-se que o total de auxílio poderia chegar à cifra de cinco trilhões de dólares. No local, decidir-se-ia Brasília a favor da desoneração parcial tributária a

diversos setores da indústria e de atrativos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF), ao recomendar juros menores nas operações.

De toda sorte, apropriado era o posicionamento do Planalto de responsabilizar o arco norte-atlântico pela tragédia, com intenção de cobrar dele um desfecho positivo célere para o problema. À feição de exemplo, a necessária reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI) seria uma medida significativa para atrair a participação de países em desenvolvimento.

Ao cabo da cimeira, houve tão somente a retórica relacionada com o crescimento e com a manutenção do patamar de emprego através do incremento da produção mundial em torno de cinco por cento ao ano. De forma paralela, estipular-se-ia a instituição de um organismo, o Conselho de Estabilidade Financeira, para agir diante de sinais imediatos de turbulência nova.

Além do mais, houve a intenção de limitar a atividade dos chamados paraísos fiscais, de supervisionar a atuação das agências de classificação de risco de crédito e de evitar o protecionismo, apesar da mencionada posição japonesa e norte-americana, com a implementação das diretrizes fixadas ao tempo dos momentos preambulares da Rodada Doha – ela havia sido iniciada em novembro de 2001. Não obstante a concordância dos comparecentes e mesmo certo ambiente de otimismo, 2009 foi um ano economicamente desastroso para vários membros do G-20 (Bradford, Linn, 2010; Ministério da Fazenda, 2013).

Dias mais tarde, a postura exultante do Brasil iria repercutir na 5ª Cúpula das Américas, reunida a primeira vez em dezembro de 1994, em virtude de credenciar-se como intermediador entre a agremiação bolivariana e os Estados Unidos, em face da situação de Cuba na região, ao ter sido suspensa da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1962 por adesão ao comunismo como resposta imediata ao cerco dos governos do republicano Dwight Eisenhower e do democrata John Kennedy. A Casa Branca exigia a modificação do regime autoritário para dialogar e, posteriormente, encerrar o extenso embargo econômico, desnecessário de toda maneira após a extinção da peleja da Guerra Fria.

Se não houve avanço naquele período com Havana, Washington ao menos transigiu com Caracas, já marcada com o começo do declínio da petrodiplomacia, a desejo de Brasília – recorde-se que em setembro do ano anterior o embaixador estadunidense, Patrick Duddy, havia sido expulso da Venezuela, ao ser acusado de incitar um golpe de Estado contra a revolução supostamente socialista do país.

Ao cabo de quase uma década (2009-2016), norte-americanos e cubanos se avistam com certa frequência, enquanto venezuelanos agonizam no cotidiano com a queda inexorável do preço do petróleo e com o progressivo isolamento, em decorrência da assunção de governos ainda mais conservadores como na Argentina de Ricardo Macri e no Brasil de Michel Temer (Carroll, 2008; Stolberg, Barrionuevo, 2009; Wilson, Young, 2009).

A boa receptividade washingtoniana logo animou as aspirações brasilienses de solicitar mais uma vez o apoio a uma histórica quimera: a de ingresso como membro permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU). De forma baldada, o Planalto cria que poderia de modo constante auxiliar a Casa Branca a dirimir seus imbrólios políticos com Venezuela,

Bolívia e mesmo Cuba – entre os adeptos da confraria bolivariana, apenas com Nicarágua já não havia a convicção de tal possibilidade.

Em virtude da expectativa de seu potencial como interlocutor regional, Brasília, sob a liderança de Lula da Silva, substituiria a seu ver Buenos Aires, credenciada como tal na época da administração imodesta do coscorão Carlos Menem. Com a recente modificação partidária na composição de poder nos Estados Unidos, manteve o Brasil a infrutífera esperança de obter o amparo para uma desejável, contudo postergável aos olhos das principais potências, alteração conciliar onusiana.

Paris e Londres seriam a principio até inclinadas à modificação, o que acarretava expectativas positivas aos olhos brasileiros; entretantes, Pequim, Moscou e Washington ocultavam manifestação definitiva acerca da questão. Na realidade, demonstravam desinteresse em alterar de fato a composição de uma instituição muito benéfica a eles em seu cotidiano. Alargar o número de membros seria reduzir o próprio poderio em favor de outrem, sem ter como exigir a contrapartida de lealdade diuturna ou muitos menos subserviência perene.

No aguardamento de que poderia ser o Brasil avaliado como um país sem nenhum tipo de restrição perante a sociedade global, a administração de Lula da Silva desejava responsabilidade ascendente, malgrado não dispor dos meios suficientes para a subscrição plena do pleito ambicionado: estofo militar, embora em moderadíssima valorização, econômico e cultural.

O único elemento de fato importante, como consequência das suas reais condições econômicas, na hipotética projeção planetária de autoridade derivava do imenso potencial energético, ao conjugar de forma única reservas petrolíferas, como as do pré-sal desde 2008, capacidade de biocombustível, por conta da cultura de cana de açúcar, e disponibilidade hídrica, haja vista o significativo número de hidrelétricas por todo o território. Mensure-se isto com a capacidade de Rússia, Canadá, China, Índia ou Estados Unidos.

Todavia, carece ao Planalto até os dias atuais a coordenação mínima para catapultar isso em sua própria serventia, ao se postar diante dos principais integrantes daquele conselho onusiano com o propósito de solicitar-lhes o respaldo para elevar-se a patamar político similar (Roberts, 2008; Wheatley, 2009; McDonald, Stewart, 2010; Tharoor, 2011).

## **Do Irã a Honduras: dois casos da dificuldade de afinar o reconhecimento de governos eleitos**

A – Em sua primeira etapa de administração federal, Barack Obama desfrutou de relativa popularidade entre governantes sul-americanos, dentre os quais dois de origem mui remotamente socialista ou trabalhista chamaram de modo inegável sua atenção: Michelle Bachelet Jeria e Luís Inácio Lula da Silva. A causa disso havia sido a identificação com o ideário liberal, mesmo que na retórica de ambos houvesse negação perempta de tais valores ou relativa suavidade na sua aplicação.

Em entrevista oficial em junho de 2009, o presidente norte-americano afirmou que o dirigente brasileiro – não obstante ter-se originado do sindicalismo e, por isso, ser avaliado como alguém à

esquerda – havia sido no poder pragmático, ao ter posto em execução reformas ao tom do mercado que, por sua vez, teriam por suposto trazido prosperidade ao Brasil (Obama, 2009).

Em adição ao comportamento em vigor das sociedades ibero-americanas aderentes ao neoliberalismo, o mandatário destacou que a pauta relativa à democracia, direito de propriedade, economias de mercado e primado do direito não era de forma alguma restrita a seu país, mas sim extensiva às sociedades por meio das quais ela era considerada como o caminho perspicaz para a afluência. Destarte, não restou dúvida do estreito vínculo ideológico entre os governos hemisféricos e o estadunidense.

Discordâncias poderiam vir a lume vez ou outra, porém concernente à intensidade de um determinado tópico de um país, não deste em si, como foi a questão do Irã que, defronte do regime de feitiço teocrático fixado desde dezembro de 1979, mantinha cauteloso distanciamento dos Estados Unidos e de seus ferrenhos aliados do Oriente Médio, haja vista a Arábia Saudita, por exemplo, mas não do Brasil. Com o ascendente impacto negativo dos efeitos da crise de 2008, estadunidenses e brasileiros desejavam abeirar-se dos iranianos.

No entanto, a divergência entre a Casa Branca e o Planalto sobre a elite persa não dificultava visões de mundo aproximadas sobre assuntos do cotidiano iraniano, como o respeito à integridade dos eleitores e à livre manifestação durante a realização da eleição presidencial em junho de 2009. Cada um escolhia razões distintas no tocante à prioridade – o primeiro por primado de segurança regional, em decorrência do desenvolvimento do programa nuclear observado como assaz temerário; o segundo por de economia, em função da necessidade de diversificar de modo geográfico o destino das exportações em momento de dificuldade do comércio mundial.

Assim, interessado em beneficiar-se também dos aumentos significativos do petróleo no período, Brasília buscou aproximar-se da controversa gestão – de maneira singular, 2009 foi fase de baixa significativa do produto energético, caso se considere a medida de um decênio, ao se acolher 2004 a 2014 (U.S Energy Information Administration, 2016).

Ao fim do derradeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (2002), as exportações ao Irã não haviam chegado sequer a meio bilhão de dólares. Em 2010, último período da administração de Lula da Silva, elas superaram os dois bilhões, apesar da queda relativa em 2008 e 2009 – pouco superior a um bilhão. O nível promissor seria conservado até a primeira metade do mandato de Dilma Rousseff (2012) (Ministério da Indústria e Comércio, 2016).

Em virtude do cenário daquela época, o Itamaraty e o Departamento de Estado divergiram sobre a fidedignidade da conclusão do processo eleitoral presidencial do Irã, uma vez que a Casa Branca aludiria com cuidado à parcela da sociedade local descontente com a lisura do pleito, fato admitido de forma parcial pelo Conselho Guardiã da Constituição. Mesmo assim, Barack Obama, como Lula da Silva, aceitaria o triunfo do polêmico dirigente Mahmoud Ahmadinejad. Em que pese o descontentamento ou até a amargura, era a alternativa menos danosa, se cogitada aproximação política, para Washington.

O governante havia sido declarado reeleito com mais de sessenta por cento dos votos válidos. Contudo, manifestações contrárias à vitória aconteceram e a posição da administração central foi a de

reprimi-las de modo severo. A consequência seria o registro de dezenas de mortos e de centenas de aprisionados nas semanas seguintes. A respeito do rigor da aplicação da violência contra os próprios habitantes, os dois mandatários americanos lamentaram-na sem hesitação (Jeffery, 2009; Fleischman, 2013, cap. 6; Wikileaks, 2009).

Malgrado a preocupação com a questão do emprego final da energia nuclear a ser gerada, interessava aos Estados Unidos a parte econômica também, dado que o Irã havia sido um dos seus principais parceiros até o súbito advento da Revolução Islâmica em fevereiro de 1979. Os rendimentos proporcionados de forma inesperada àquele país pelo reajuste expressivo do petróleo e derivados na primeira década do milênio seriam bem-vindos para favorecer a balança comercial, após anos de déficit (US Census Trade Bureau, 2016).

Nesse meio-tempo, sob a perspectiva estadunidense, a aproximação era avaliada como muito difícil, tendo em vista o ressentimento recíproco em função dos desdobramentos da alteração do rigoroso e encarquilhado regime monárquico para o teocrático, etapa em que a geopolítica médio-oriental modificar-se-ia de maneira abismal, com o despontar da própria Guerra Irã-Iraque (1980-1988). Com o desaparecimento da porfiada rivalidade amero-soviética na década de 80, houve de modo recente avanços, porém a desconfiança mútua prevalece até hoje e não há sinais à vista de que ela possa arrefecer rumo à normalidade de comum relacionamento bilateral – a Suíça trata dos interesses dos Estados Unidos em solo persa, ao passo que o Paquistão dos iranianos em território estadunidense.

B – Situação em que houve desacordo maior entre ambos foi relativa à deposição em junho de 2009 do presidente Manuel Zelaya, do Partido Liberal, em Honduras – dias após a execução do pleito presidencial iraniano. Na fase última da bipolaridade, a região centro-americana sobressaiu no cenário global por conta do surgimento de movimentos políticos de inclinação esquerdista ou nacionalista de extensa repercussão entre a desvalida população, mesmo sem ser de modo votante. Destaquem-se entre eles a Frente Sandinista de Libertação Nacional, da Nicarágua, e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, de El Salvador.

Em geral, eram estes grupos de oposição à tradicional atuação norte-americana lá, caracterizada por alianças governamentais anticomunistas nem sempre democráticas ou pela supervisão de corporações multinacionais no setor de mineração ou da agricultura, a ponto de resguardá-las de todas as tentativas ab-ruptas de tratamento – vide a derrubada do poder em 1954 do dirigente Jacobo Árbenz na Guatemala. Sua defenestração seria o fim do período dos classificados dez anos de primavera.

A datar da década de 1960, a menção ao papel de Cuba como sinal de resistência ao antigo *modus vivendi* da América Central tornou-se obrigatória. Por mais de meio século, ao ter como referência a conclusão da Guerra Hispano-Americana (agosto de 1898), Washington ditou o compasso político-econômico daquela vasta área, ao tratá-la como zona exclusiva de intervenção sua; em suma, seria a manifestação da Doutrina Monroe, esboçada de forma intrépida no longínquo dezembro de 1823 como contraponto a aspirações de potências europeias, insufladas pelas ventanias conservadoras derivadas do ambiente cediço do Congresso de Viena, de 1815.



Entre as organizações mais atuantes no período dos setenta e dos oitenta da centúria passada, a de maior expressão foi a acima mencionada Frente Sandinista, congregada nos anos 60. Em julho de 1979, seus partidários – conhecidos como sandinistas – destronaram o presidente Anastásio Somoza, bacharelado na mocidade na prestigiosa academia de West Point. Desde o fim da década de 30, sua família influenciava o destino socioeconômico do pequeno país, sendo a política exterior convergente sem titubeação alguma com a norte-americana.

Com a ruptura política, os adversários mais ferrenhos dos sandinistas, denominados de forma popular de contras, agregaram-se através de valiosa ajuda externa da Agência Central de Espionagem (CIA), a partir de três bases de operação, com o propósito de desestabilizar o regime recém-instalado: El Salvador, Costa Rica e Honduras, sendo este governado por um autoritarismo castrense quase sem interrupção desde o início dos sessenta.

À exceção da desproporcional investida contra a minúscula Granada em 1983, os Estados Unidos haviam optado a datar de 1934, quando do primeiro mandato do democrata Franklin Roosevelt, a não intervir na região diretamente com o emprego das armas – apenas a sociedade hondurenha assistira a sete ocupações entre 1900 e até aquele momento.

Destarte, Honduras recebeu cerca de um bilhão de dólares dos Estados Unidos, a título de auxílio bélico, na primeira metade dos anos 80, com a finalidade de manter seu privilegiado *status quo* político com a superpotência – a unidade militar de espionagem local teria contribuído para o assassinio de milhares por suspeita de subversão, inclusive em 1983 para o de um jesuíta norte-americano, James Carney, naturalizado em 1973 e alcunhado de ‘Padre Guadalupe’. (McCarthy, 1984; LeMoyne, 1987; Fox, 2003).

A despeito do peso dos Estados Unidos, a população hondurenha assistiu à posse em janeiro de 1982 de um dirigente democraticamente eleito, o médico Roberto Suazo, semanas antes. Com o passar do tempo, o vínculo com o vizinho norte-americano não cessaria, até em decorrência da extrema dependência econômica, através das exportações de produtos agrícolas e da ajuda da United States Agency for International Development (USAID).

Este rito eleitoral, mesmo precário, deixou de reproduzir-se tão-somente quando um golpe militar depôs Zelaya no meio de 2009, já em fim de mandato, sob a justificativa de desrespeito a uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal. A corte máxima havia decidido desfavoravelmente à realização de uma consulta popular com vistas a opinar se ele poderia concorrer à reeleição presidencial.

O dirigente, contudo, estava decidido a efetivá-la, através de uma assembleia constituinte, após a aprovação da população, o que desencadeou a canhestra movimentação militar e, por conseguinte, a crise institucional, visto que nem sequer se permitiu ao seu substituto legal, o vice-presidente comissionado, Arístides Mejía, o direito de ser empossado. Se havia desconforto com o posicionamento presidencial, a medida correta teria sido a de abrir-se um processo de destituição. Em seu lugar, ascendeu o presidente do Congresso Nacional, Roberto Micheletti, da mesma agremiação partidária, mas opositor a Zelaya.

Destarte, consumou-se o primeiro golpe de Estado na América Central desde o murchamento da inditosa Guerra Fria. Os governos da região protestaram diante da explícita desconsideração

de valores constitucionais, porém de forma balda. De maneira coincidente, o líder da quartelada, general Romeo Vasquez, havia sido aluno do hoje Instituto de Cooperação de Segurança Americana, conhecido no século vinte como Escola das Américas, centro onde se adestraram inúmeros militares e policiais para a severa contraposição em seus países a movimentos populares, independentemente de vínculos reais com a União Soviética (Cohn, 2012, p. 53-54).

Naquele momento, nem Estados Unidos, nem União Europeia omitiram-se de início em face da tomada de poder ilegal, mesmo que ambos não manifestassem entusiasmo pela recente posição política do corifeu enjeitado, próximo da Venezuela de Hugo Chávez, ao ter aderido à Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA) em 2008 e à Petrocaribe no ano anterior, o que contrastava com a postura anterior do país, de aceitação do CAFTA, de feitio neoliberal, em março de 2005. O objetivo da pragmática adesão foi o de ter petróleo a preços subvencionados e perdão de parte da dívida externa.

O golpe foi o primeiro de êxito na América Latina em muitos anos. Contudo, a movimentação de Venezuela e do Brasil de repudiar sem gaguejo o ato, ao se basear no artigo 21 da Carta Democrática Interamericana (CDI) de 2001 da Organização dos Estados Americanos (OEA), atrapalhou o reconhecimento do novel governo, haja vista a suspensão do país no organismo (CDI, 2003, 44).

Entrementes, a continuidade do desrespeito constitucional expôs a discordância entre os dois principais países do continente. O Planalto e a Casa Branca não chegavam a um consenso sobre qual solução dever-se-ia fixar. Por um lado, o Brasil cessou os programas de cooperação e pôs a termo o estudo de financiar projetos de infraestrutura, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. O valor aproximava-se de 800 milhões de dólares (Krawctschuk, 2015, 1-2).

Por outro, os Estados Unidos abstiveram-se de punir a administração interina, até por causa da tradicional aliança militar – contingente de meio milhar instalado na base aérea de Soto Cano, voltada para o adestramento de oficiais locais e para o monitoramento de combate ao tráfico de drogas.

Ao ser apeado do cargo, Zelaya foi deportado para a Costa Rica. Retornaria ao país em setembro de 2009, ao ter por abrigo provisório a representação brasileira. Em janeiro de 2010, sem apoio político, deslocar-se-ia para a República Dominicana. No mesmo mês, o governo provisório hondurenho retirar-se-ia da ALBA – o ex-mandatário é hoje deputado pela agremiação Libertad y Refundación, estruturada em 2011, com o fito de firmar-se como a terceira via partidária.

A discordância entre Brasília, Santiago, Caracas e Buenos Aires e Washington havia residido na observância do prazo da eleição presidencial sem o retorno ao poder de Zelaya. Depois da realização do pleito em novembro de 2009, a diplomacia norte-americana logo reconheceu a vitória de Porfírio ‘Pepe’ Lobo. Em março de 2011, o ex-presidente voltaria ao país. Com isso, a Organização dos Estados Americanos encerraria em junho de 2011 a correta suspensão aplicada ao país.

## Conclusão

O ano de 2009 havia sido o despontar dos efeitos mais infortunosos da catástrofe econômica global, de cujos ecos se habituou a valer de maneira inadequada o último governo brasileiro, com o propósito de justificar a inaptidão administrativa perante a própria sociedade.



Atribuir, em um momento preambular, a responsabilidade conjunta da solução do baque aos países mais desenvolvidos – em especial ao centro de origem do problema, os Estados Unidos – foi postura adequada do Brasil, ao demonstrar irresignabilidade diante do quadro desfavorável, composto em síntese por impertinência especulativa do setor privado e desregramento administrativo do segmento público norte-atlântico.

Entre os pontos de maior ressonância com os Estados Unidos, o Brasil sobretudo se descompassou em um no período abordado: o de admissão definitiva ao conselho de segurança onusiano com aguardado apoio washingtoniano. Não era prioridade de nenhuma potência a reforma conciliar, muito menos da maior entre elas, ainda que isso fosse de fato necessário havia anos. No fundo, a solicitação brasiliense seria mera retórica, com a finalidade de não caber àquela gestão a responsabilidade de eventual demonstração de menoscabo da histórica aspiração.

Naquela conturbada fase, a preocupação política do presidente Barack Obama era a de aproximar-se do continente por razões de cunho local. Uma delas era a superação do longo estranhamento com Havana, quesito no qual Brasília pôde contribuir sem sombra de dúvida para pôr a termo e, por conseguinte, obter o êxito no médio prazo, a despeito da desconfiança de outros aliados como Caracas e La Paz.

Embora houvesse o real interesse dos três dirigentes – o próprio Obama, Castro e Lula da Silva – não ocorreu o avanço imediato por oposição descomedida do parlamento estadunidense, afeito a uma visão anacrônica e provinciana do tópico. No entanto, a aproximação diplomática entre Estados Unidos e Cuba seria uma das marcas da última gestão do Partido Democrata. Em julho de 2015, restabelecer-se-ia a representação diplomática em Havana sob titularidade de Jeffrey de Laurentis, encarregado de negócios *ad interim*.

Em se considerando três tempos sociais – circunstancial, conjuntural e estrutural – poder-se-ia valer deste para analisar a discrepância de posicionamento final, dada a convergência expressa entre Brasil e Estados Unidos nos primeiros passos de reação ao golpe de Estado concernente à situação institucional de Honduras, quando da deposição do presidente Zelaya.

Pragmático, ele inclinou-se ao arco bolivariano em busca de vantagens econômicas para o empobrecido país – de maneira essencial, petróleo subsidiado. Contudo, desagradou a elite política da qual ele mesmo fazia parte antes do imbróglio, ao desconsiderar o peso político do vizinho do Norte, em termos históricos, no cotidiano. Esta relação demonstrava-se no campo militar, como a base aérea, técnico e agrícola – cerca de quarenta por cento das exportações.

Caso Washington estivesse alinhado de modo insistente ao dirigente deposto, ele poderia ter assumido o poder de novo, mas seria uma vitória em termos de projeção do círculo bolivariano, ao menos de forma momentânea e indireta. Entre a inesperada dissensão local e a tradicional aliança bilateral, a Casa Branca mostrou seu real interesse no longo prazo. O resultado foi a perda de Brasília e Caracas, embora sem desgaste moral diante da opinião pública, em virtude da invocação de preceitos democráticos via o principal organismo regional.

Por último, o mesmo ritmo social, ou seja, o de duração extensa contribuiu para a divergência entre os dois países relativamente à aceitação do desfecho do pleito presidencial persa, ainda que por motivos distintos, haja vista o histórico do relacionamento bilateral de cada um deles.

O Planalto ansiava por expandir suas exportações de cunho primário, enquanto a Casa Branca por conter o impulso nuclearizado do regime teocrático, malgrado a destinação para fins civis, como costumava alegar Teerã, ou castrenses, como suspeitava Washington.

Destarte, o primeiro balanço do encontro das duas gestões presidenciais não indicou ganhos bilaterais imediatos, a despeito da vontade de ambos, porém não as afastou para a busca de convergências futuras.

## Bibliografia

- BRADFORD, Colin, LINN, Johannes (2010, 5 abr). The April 2009 London G-20 Summit in Retrospect. Brookings Institution: Washington. <<http://www.brookings.edu/research/opinions/2010/04/05-g20-summit-linn>>. Acesso em: 4 jul 2016.
- CARROLL, Rory (2008, 12 sep). Venezuela: Hugo Chávez expels US ambassador amid claims of coup plot. The Guardian: London. <<https://www.theguardian.com/world/2008/sep/12/venezuela.usa>>. Acesso em: 5 jul 2016.
- COHN, Marjorie, org (2012). *The United States and torture*. New York: New York University.
- FLEISCHMAN, Luis(2013). *Latin America in the Post-Chávez Era: The Security Threat to the United States*. Washington: Potomac, 2013.
- FOX, Tom (2003, 26 sep. ). Priest of the Poor.National Catholic Reporter.Kansas. <<http://www.nationalcatholicreporter.org/todaystake/tt092603.htm>>. Acesso em: 9 jul 2016.
- GOLDMAN, Adam. (2014, 23 jan). The hidden history of the CIA's prison in Poland.Washington Post.Washington. <[https://www.washingtonpost.com/world/national-security/the-hidden-history-of-the-cias-prison-in-poland/2014/01/23/b77f6ea2-7c6f-11e3-95c6-0a7aa80874bc\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/national-security/the-hidden-history-of-the-cias-prison-in-poland/2014/01/23/b77f6ea2-7c6f-11e3-95c6-0a7aa80874bc_story.html)>. Acesso em: 4 jul 2016.
- JEFFERY, Simon (2009, 23 jul). Iran election protests: the dead, jailed and missing. The Guardian: London. <<https://www.theguardian.com/world/blog/2009/jul/29/iran-election-protest-dead-missing>>. Acesso em: 9 jul 2016.
- KRAWCTSCHUK, Zenik (2015, 24 jun). Relatório de Gestão do Embaixador em Tegucigalpa. Senado Federal, Brasília. <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/169642.pdf>>. Acesso em: 10 jul 2016.
- LEMOYNE, James (1987, 2 may). Honduras Army Linked to Death of 200 Civilians. New York Times: New York. <<http://www.nytimes.com/1987/05/02/world/honduras-army-linked-to-death-of-200-civilians.html>>. Acesso em: 9 jul 2016.
- MCDONALD, Kara, STEWART, Patric (2010 dec). UN Security Council Enlargement and U.S. Interests. *Council Special Report*, 59.
- MCCARTHY, Colman (1984, 1 apr).Missing in Action: The Padre of the People. Washington Post: Washington. <<https://www.washingtonpost.com/archive/lifestyle/1984/04/01/missing-in-action-the-padre-of-the-people/0400ea4e-4d44-4b8b-a551-15fd36a09fb9/>>. Acesso em: 9 jul 2016.

- OBAMA, Barack (2009, 23 jun). The President's News Conference. <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=86323>>. Acesso em: 7 jul 2016.
- ROBERTS, James (2008, 15 jan). Nicaragua: Daniel Ortega's First Year. Heritage Foundation: Washington. <<http://www.heritage.org/research/commentary/2008/01/nicaragua-daniel-ortegas-first-year>>. Acesso em: 6 jul 2016.
- STOLBERG, Sheryl, BARRIONUEVO, Alexei (2009, 18 apr). Obama Says U.S. Will Pursue Thaw With Cuba. New York Times: New York. <[http://www.nytimes.com/2009/04/18/world/americas/18prexy.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2009/04/18/world/americas/18prexy.html?_r=0)>. Acesso em 4 jul 2016.
- THAROOR, Shashi (2011, winter). Security Council Reform: Past, Present, and Future. *Ethics & International Affairs*, 25(4).
- WHEATLEY, Jonathan (2009, 23 jun). Iran and Brazil call for UN reform. Financial Times: London. <<http://www.ft.com/cms/s/0/7db6103e-d87e-11de-b63a-00144feabdc0.html#axzz4Ea9v0CV5>>. Acesso em: 4 jul 2016.
- WILSON, Scott, YOUNG, Karen De (2009, 17 apr). Obama Urges 'Equal Partnership' With Latin American Countries. Washington Post: Washington. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/04/17/AR2009041700389.html>>. Acesso em: 6 jul 2016.

## Sítios

- France's role at the United Nations. <<http://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/united-nations/france-and-the-united-nations/>>. Acesso em: 4 jul.
- Balança dos Países. <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2?layout=edit&id=1210>>. Acesso em: 7 jul 2016.
- Brazil's Lula: no fraud in Iranian election. <[https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA773\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA773_a.html)>. Acesso em: 9 jul 2016
- Carta Democrática Interamericana (2003). Organização dos Estados Americanos. <[http://www.oas.org/oaspage/esp/Publicaciones/CartaDemocratica\\_spa.pdf](http://www.oas.org/oaspage/esp/Publicaciones/CartaDemocratica_spa.pdf)>. Acesso em: 9 jul 2016.
- Conselho de Estabilidade Financeira – FSB. A participação brasileira na regulação financeira internacional. <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/conselho-de-estabilidade-financeira-2013-fsb>>. Acesso em: 4 jul 2016.
- Declaración de Principios de Libertad y Refundación (2011, 31 out). <[http://resistenciahonduras.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3866:declaracion-de-principios-de-libertad-y-refundacion&catid=132:documentos-oficiales-del-partido-libre&Itemid=435](http://resistenciahonduras.net/index.php?option=com_content&view=article&id=3866:declaracion-de-principios-de-libertad-y-refundacion&catid=132:documentos-oficiales-del-partido-libre&Itemid=435)>. Acesso em: 10 jul 2016.
- Petroleum & Other Liquids. <<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=RBRTE&f=A>>. Acesso em: 7 jul 2016.
- Trade in Goods with Iran (2016). United States Trade Census Bureau. <<https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5070.html#2015>>. Acesso em: 9 jul 2016.
- U.S relations with Iran. <<https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/5314.htm>>. Acesso em: 14 jul 2016.
- World Economic Situation and Prospects 2011. <[http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp\\_archive/2011wesp.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_archive/2011wesp.pdf)>. Acesso em: 4 jul 2016.